

01 Q3114013

Prova: Quadrix - CRO RR - Analista de Negócios - 2024

Nos processos administrativos, os prazos processuais não se suspendem.

ERRADA

Art. 67. Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

02 Q3114015

Prova: Quadrix - CRO RR - Analista de Negócios - 2024

Considerando as disposições da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal, julgue os itens de 46 a 55.

A interposição de recurso administrativo depende de caução em valor a ser previamente fixado pela autoridade competente.

ERRADA

03 Q3120332

Prova: FGV - Câmara de São Paulo - Técnico Legislativo - Área: Contabilidade - 2024

De acordo com a Lei nº 9.784/1999, os atos do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável. Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando

- A) o servidor for reincidente.
- B) houver dúvida de autenticidade.
- C) o processo envolver altos valores monetários.
- D) o processo ocorrer em diferentes localidades.
- E) o processo envolver a participação de estrangeiros.

LETRA B

04 Q3113816

Prova: Quadrix - CRO RR - Agente de Fiscalização - 2024

À luz da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal, julgue os itens de 46 a 55.

Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, incluindo-se da contagem o dia do começo e excluindo-se o do vencimento.

ERRADA

05 Q3113826

Prova: Quadrix - CRO RR - Agente de Fiscalização - 2024

À luz da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal, julgue os itens de 46 a 55.

O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.

CERTA

06

Q3116014

Prova: Quadrix - CRMV CE - Assistente Administrativo - 2024

À luz da Lei n.º 9.784/1999 e suas alterações, julgue os itens de 46 a 48.

O órgão público caracteriza-se por ser uma unidade de atuação da Administração Pública dotada de personalidade jurídica própria.

ERRADA

07 Q3126356

Prova: ADM&TEC - Prefeitura de Palmeira dos Índios - Analista de Processos - 2024

Analise as informações a seguir: I. De acordo com a lei 9.784/99, pode ser arguida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o segundo grau. II. De acordo com a lei 9.784/99, o processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior. Marque a alternativa CORRETA:

- A) As duas afirmativas são verdadeiras.
- B) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- C) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- D) As duas afirmativas são falsas.

LETRA C

08 Q3160836

Prova: FGV - DNIT - Analista Administrativo - Área Administração - 2024

A Lei nº 9.784/1999 estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. De acordo com essa lei, assinale a opção que aponta como sendo um direito do administrado, sem prejuízo de outros, que lhe sejam assegurados.

- A) Proceder de modo não temerário.
- B) Prestar as informações que lhe forem solicitadas.
- C) Expor os fatos conforme a verdade.
- D) Colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- E) Ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores

LETRA E

09 Q3134433

Prova: CESPE/CEBRASPE - CAU - Analista Técnico - 2024

Maria apresentou pedido administrativo perante a repartição pública onde seu marido João exerce cargo em comissão. O pedido foi negado e Maria interpôs recurso administrativo dirigido a João, que é o chefe do órgão e autoridade hierarquicamente superior ao servidor que negou o pedido de Maria. Ao analisar o recurso, João acatou o pedido de Maria em decisão administrativa, sem indicar os fatos e os fundamentos jurídicos. A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

Segundo expressa previsão na Lei do Processo Administrativo, o ato administrativo que julga recurso administrativo deve ser motivado, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos

CERTA

10 Q3128788

Prova: CESPE/CEBRASPE - CNPq - Analista - Área: Gestão e Governança de Tecnologia da Informação - 2024

Por se tratar de processo administrativo de licitação, não poderá ser utilizado o instrumento da decisão coordenada, ainda que preenchidos todos os requisitos legais para a formação dessa instância decisória

CERTA

11 Q3120328

Prova: FGV - Câmara de São Paulo - Técnico Legislativo - Área: Contabilidade - 2024

Em relação aos impedimentos e à suspeição em processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a opção correta, de acordo com a Lei nº 9.784/1999.

- A) O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, com efeito suspensivo.
- B) A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta irrelevante, para efeitos disciplinares.
- C) A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento não precisa se abster de atuar, desde que comunique o fato à autoridade competente.
- D) Pode ser arguida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

E) O servidor ou autoridade que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro não está impedido de atuar em processo administrativo, desde que comunique o fato à autoridade competente.

LETRA D

12

Q3134072

Prova: CESPE/CEBRASPE - CAU - Advogado - 2024

A respeito do ato administrativo e do processo administrativo, julgue os itens a seguir.

O prazo decadencial para o exercício da autotutela da administração pública deve ser observado mesmo nos casos de flagrante inconstitucionalidade, considerado o primado da segurança jurídica.

ERRADA

13 Q3120318

Prova: FGV - Câmara de São Paulo - Técnico Legislativo - Área: Contabilidade - 2024

Em relação aos direitos dos administrados, de acordo com a Lei nº 9.784/1999, analise as afirmações a seguir:

I. Ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas

II. Formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente

III. Fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei

O administrado tem o(s) seguinte(s) direito(s) perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III

LETRA E

